

O ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência em escola pública¹

*Wallace Ferreira dos Santos*²

Resumo

O objetivo deste trabalho é relatar alguns resultados de experiências com alunos do ensino fundamental e médio de uma escola pública na cidade de Marilac, interior do leste de Minas Gerais, sobre a Educação Patrimonial e resgate da cultura local. A análise do eixo temático: “Educação Patrimonial e a valorização da cultura local”, possibilitou o conhecimento das características centrais da localidade e região e das dimensões sócio-culturais da cidade.

Palavras-chave: História. Educação. Patrimônio.

Abstract

The aim of this study is to report some results of experiments with students in elementary and secondary education at a public school in the city of Marilac, eastern interior of Minas Gerais, on the Heritage Education and recovery of local culture. The analysis of theme: “Heritage Education and appreciation of local culture”, facilitated the diffusion of the central features of the locality and region, and social and cultural dimensions of the city.

Keywords: History. Education. Heritage

¹ Declaro que o presente trabalho de autoria de Wallace Ferreira dos Santos foi orientado por mim e tem minha recomendação. Professor Jean Luiz Neves Abreu, Universidade Federal de Uberlândia –UFU.

² Graduado em História, Univale. wallacegv@hotmail.com

Relevância e significado do estudo da história do lugar e valorização de seu patrimônio cultural

O objetivo deste trabalho é relatar alguns resultados de experiências com alunos do ensino fundamental e médio de uma escola pública na cidade de Marilac, interior do leste de Minas Gerais, sobre a Educação Patrimonial e resgate da cultura local. A análise do eixo temático: “Educação Patrimonial e a valorização da cultura local”, possibilitou o conhecimento das características centrais da localidade e região e das dimensões sócio-culturais da cidade.

A expressão educação patrimonial, tradução de *Heritage Education*, foi introduzida no Brasil na década de 1980, no I Seminário de Educação Patrimonial, no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro. De acordo com Aída Lúcia Ferrari

a educação patrimonial em várias formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento estratégico de promoção e vivência da cidadania, e de responsabilidade individual e coletiva em valorizar e preservar os patrimônios da cultura material, imaterial e ambiental³.

A cada dia percebe-se a crescente necessidade de se pensar em políticas

públicas que visem cuidar dos nossos bens culturais, tradições e preservação dos aspectos físicos e ambientais, de forma que dêem suporte à existência de um processo de preservação das práticas culturais e instrumentos de identificação no sentido de valorizar a permanência das mesmas na sociedade local.

Assim, a Educação Patrimonial tem se revelado cada vez mais do maior interesse teórico e prático e a preservação de bens naturais e culturais se justifica para garantir certos direitos universais do ser humano, como: direito às condições materiais e espirituais de sobrevivência, à qualidade de vida, à memória, ao exercício da livre criação e o uso e fruto de bens culturais.⁴

A comunidade escolar tem um papel complementar e seqüencial àquela recebida no lar. Sendo assim, a Educação Patrimonial preconizada nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e nos Programas Curriculares Nacionais (PCNs) devem ser somente “adubos à semente já lançada” no seio familiar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), no seu art. 26 enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino básico deve observar as características regionais e locais da cultura dessa sociedade, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.⁵

³ FERRARI, Aída Lucía. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002, p. 108.

⁴ SILVA, R. M. C. *Cultura popular e Educação*. Salto para o Futuro. Brasília, 2008, 85-89.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado: 23/04/10.

Já os Programas Curriculares Nacionais (PCNs) inovaram, pois introduziram a interdisciplinaridade na educação básica mediante a introdução dos chamados Temas Transversais, que deverão perpassar todas as disciplinas escolares. Pelo menos dois desses temas possibilitam o estudo do Patrimônio Histórico, por conseqüência, desenvolver projetos de Educação Patrimonial: o meio ambiente e a pluralidade cultural.

Nota-se que já foram criados espaços normativos (a LDB e os PCNs) para que a escola vivencie experiências capazes de despertar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto, é preciso que as secretarias de educação estaduais e municipais, em parceria com os órgãos de preservação, tais como IPHAN, realizem cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor com metodologias voltadas à Educação Patrimonial. Só assim serão oferecidas condições efetivas para que a comunidade escolar se constitua numa opção de espaço privilegiado para o exercício da cidadania de crianças, adolescentes e jovens mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o diversificado e rico Patrimônio Histórico Nacional, Regional e local.⁶

A Educação Patrimonial torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mes-

mo, resgatando sua auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação. Segundo Horta, o “conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”⁷ Identidade essa que, cada vez mais, urge por uma atenção especial dos diversos setores da nossa sociedade.

Esse estudo permitiu abrir novas perspectivas aos alunos e se revelou capaz de, em uma aplicação mais sistemática, ampliar-se como novos desdobramentos, entre os quais ganham destaque a aproximação entre a escola pública e a comunidade à qual pertencem, e a prática interdisciplinar e de pesquisa, sobretudo no ensino público médio e fundamental.

Mas, como trabalhar com a educação patrimonial? Exemplos de atividades educacionais são fornecidos em inúmeros trabalhos preocupados com essa temática.⁸ Como proposta de trabalho com

⁶ QUEIROZ, Moema Nascimento. *A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania*. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562. Acessado em: 14/05/10.

⁷ HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz.. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999, p.6.

⁸ Sobre atividades educacionais desenvolvidas sobre o tema, ver dentre outros: CAMPANI, Adriana. *Educação Patrimonial: em busca de espaços além da escola*. Buenos Aires: Congresso Internacional de Educação, 1996; FENELON, Déa R. “Políticas Culturais e Patrimônio Histórico”. In:

patrimônio histórico e/ou cultural em sala de aula, concretamente, apresento algumas experiências desenvolvidas no ano de 2007/2008 na Escola Estadual Joaquim Monteiro, cidade de Marilac. Antes, contudo, analiso a relevância e significados da história local para a valorização do patrimônio cultural.

A importância de se estudar a “história do lugar”, resgatar e valorizar seu patrimônio tem se revelado ainda mais visível, nas últimas décadas, nas escolas, nas ruas, nas famílias, nas comunidades, nos lugares onde os alunos se situam como particulares. Conhecer sua história é uma necessidade de seus habitantes e não só dos que o estudam, por mais reduzido que seja o número daqueles que demonstram interesse em fazê-lo, mesmo cientes de tal necessidade.⁹

As gerações que compartilharam toda a riqueza cultural embutida na música, nas festas, nos hábitos e costumes populares, caracterizadores do dia-a-dia e do modo de ser típicos das populações suburbanas, hoje vêem essas práticas particulares postas como ultrapassadas e/ou de menor im-

portância. Desconhecendo-as em grande parte as novas gerações locais, formadas no bojo da cultura consumista, vivem as condições introduzidas nos lugares onde moram como se sempre tivessem existido, e da mesma forma.

Com uma identidade criada por padrões culturais únicos, que não refletem o seu cotidiano e em grande parte nem o de seu país, a começar pela língua, as pessoas são transportadas a uma realidade que em geral não se refere ao seu cotidiano doméstico, local e profissional. Filmes, vídeos, noticiários veiculados por agências estrangeiras e outras, novelas, publicidade e demais programas de rádio e televisão raramente citam o papel que as populações pobres e trabalhadoras têm na geração de riqueza na sociedade.

As ruas e calçadas, antigos espaços típicos do lazer, das trocas de experiências e idéias entre os moradores após o trabalho e nos fins de semana, e onde se promoviam festas, brincadeiras e outras formas de distração e cultura próprias, perderam em boa parte a função de gerar e manter a identidade da vizinhança, atraída para dentro de casa pelos aparelhos de televisão. Com a transformação das ruas em vias de passagem para veículos e das calçadas em estacionamentos, perdeu-se muito de suas características como pontos de encontro freqüentes e gratuitos dos vizinhos, deixando para trás usos que davam vida à criatividade, à solidariedade e à identidade social e cultural das pessoas do lugar.

As poucas opções que lhes restam, e aquelas criadas com base em realidades

Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje. Brasília: *Cadernos ENAP*, vol. 1, n. 2, 1993; SAVIETO, Mônica. “Trabalhando com a fonte material em sala de aula.” In: *II Encontro Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo: USP/FEUSP/CNPq, 1996; HORTA, Maria de Lourdes. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Ensino de história: revisão urgente / conceição Cabrini...Et All. – Ed. Ver. e ampl. – São Paulo: EDUC, 2000. 164 p. ; 21cm

⁹ SANTOS, J. J. M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. 9 (1): 105-114, jan. 2002.

distantes, como as programadas pelas emissoras de rádio e televisão, incluem-se hoje no mundo das mercadorias. Perderam o caráter de criação local e coletiva anterior, presente nas festas juninas e outras, nos coretos e praças públicas e nas demais formas - como a linguagem do lugar - expressar e manter a identidade, a intimidade e a solidariedade antes existentes entre os moradores. Esses atributos são essenciais à sua existência e cidadania, e acreditamos ser possível às populações locais recuperá-los e preservá-los, ao identificarem os papéis que desempenham na história do lugar onde residem e convivem, conhecendo-a com as suas especificidades e formas de ser particulares. Ao perceberem, enfim, que tanto o lugar no qual vivem como a comunidade a qual pertencem são parte integrante e viva da história do Brasil e do mundo, conforme as funções ou os papéis que neles desempenhem em seu tempo, como sempre ocorreu com os que ali habitaram desde a chegada dos primeiros “colonos” à região.¹⁰

Abordagem metodológica e aplicação no ensino

Um processo de ensino-aprendizado sensível às questões referentes à identidade da cultura local deve se preparar para a formação de seres humanos que sejam capazes de conhecer a sua própria história cultural, além de estimular nas crianças a prática saudável da reflexão

histórica. Nesse sentido, o ensino de história possibilita, desde as primeiras fases do processo de aprendizado, a apreensão das noções de cidadania e responsabilidade social e conseqüentemente o processo de constituição da personalidade de cada indivíduo.

Esse processo faz parte de uma política cultural que é construída nos cruzamentos das diferentes demandas sociais que permeiam a sociedade. Nesse contexto, a cultura é um espaço privilegiado que nos permite, de forma crítica, trabalhar nos contrastes, nas diferenças para possibilitar aos sujeitos desse processo rever-se, e nesses espelhos se entenderem individual e coletivamente. A política cultural é sempre um ato de iluminação, de transformação. Não é um processo de contemplação ou de afirmação de uma situação dada, mas de enfrentamento: é a criação de espaços sociais de construção de cidadania, de participação, de libertação.¹¹

O principal objetivo da educação responsável deve se basear no esforço em auxiliar os estudantes na elaboração do conhecimento histórico, na investigação da realidade, refletindo a respeito de sua ligação com um passado mais distante. O que possibilita compreender a historicidade das representações culturais, ou seja, um ensino de história voltado para

¹⁰ SANTOS, J. J. M. do. Op. cit., p. 117-124.

¹¹ RANGEL, Marília Machado. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.p.16; ITAQUI, José. Educação Patrimonial e desenvolvimento sustentável. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27,jan/jun. 2000, pp.229-245.

sujeitos históricos deve propiciar um conhecimento mais amplo da realidade em que vivem.

Para, além disso, podemos analisar como a memória – individual, familiar e coletiva - está na configuração do que entendemos como “patrimônio cultural”. A definição mais abrangente do termo “patrimônio” indica bens e valores materiais e imateriais, transmitidos por herança de geração a geração na trajetória de uma sociedade.¹²

Dessa forma, a idéia de cultura não é mais aquela que indicava acúmulo e refinamento de informações e conhecimentos, mas a de um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social, uma comunidade.¹³ O patrimônio cultural se manifesta assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como marca que a identifica, que adquire um sentido comum e compartilhado por toda a sociedade.

Trabalhar com a educação patrimonial não pode ser uma tarefa de passagem de informações e discursos pré-fabricados, mas levar o educando no processo de conhecimento a identificar o significado atribuído às coisas por uma determina-

da cultura. Permite ao aluno adentrar no universo de sentidos e correlações que eles oferecem à descoberta, a procurar entender a linguagem cultural específica utilizada naquelas manifestações e envolver-se efetivamente com elas, através das vivências e experimentações. A Educação Patrimonial pode ser um instrumento chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o outro.¹⁴ Conforme afirma Aída Lúcia Ferrari,

*Essa metodologia, desenvolvida de forma interdisciplinar, pode ser realizada para todas as idades. Utiliza tanto objetos oriundos do universo pessoal e familiar dos alunos, como os bens patrimoniais da própria escola; locais como museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e centros históricos e naturais; elementos natureza, como rios, serras, espécimes da flora e da fauna; manifestações do patrimônio imaterial, como saberes, celebrações, formas de expressão, práticas coletivas; ou qualquer outra expressão resultante da relação do homem com o seu meio.*¹⁵

O pressuposto básico para o trabalho nas diferentes áreas do conhecimento no Ensino Fundamental e Médio seria o diálogo, ou seja, o professor é um interlocutor necessário à produção do conhecimento escolar, pois, compreende o

¹² <http://portal.iphan.gov.br/portal>

¹³ MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.175-182.

¹⁴ HORTA, Maria de Lourdes P. Fundamentos da educação Patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000, pp.25-35.

¹⁵ FERRARI, Aída Lúcia. Educação Patrimonial. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002, p.105-120.

espaço de sala de aula como um espaço de produção do saber sistematizado ao valorizar a atitude do aluno. Nesse sentido, deve-se buscar a participação oral do aluno, o respeito às formas de expressão dos colegas, a busca incessante por informações que poderão se converter em diferentes formas de conhecimento.¹⁶

Um dos elementos fundamentais para a realização de um trabalho de educação patrimonial que realmente possa contribuir com o resgate da identidade e a formação da cidadania é o cuidado com a recuperação dos contextos históricos em que foram produzidos. E, recuperar os contextos é, sobretudo não ocultar os diferentes interesses, as contradições e os conflitos que marcaram o período em estudo.¹⁷

Relato de experiência

A metodologia proposta para as atividades de Educação Patrimonial na capacitação e execução dos trabalhos desenvolvidos se estruturou sobre quatro etapas, caracterizadas por diferentes recursos pedagógicos, visando objetivos definidos para cada uma. Estas etapas seguem uma determinada ordem, mas em algumas situações puderam, naturalmente, acontecer simultaneamente, dependendo das respostas e iniciativas das crianças. As etapas propostas, os recursos, atividades e objetivos visados podem ser resumidos no quadro abaixo, e que puderam ser enriquecidas e inovadas pelo professor:

¹⁶ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p.109-123.

¹⁷ CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000, pp.49-57.

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
Observação	Exercícios de percepção/sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive etc.	Identificação do objeto: função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e modelagem.	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão questionamento, avaliação pesquisa em fontes como bibliotecas, arquivos, cartório, documentos familiares, jornais, revistas etc.	Desenvolvimento das capacidades de aprofundamento da análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo exposição em classe.	Envolvimento afetivo, interação, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Uma das premissas para a execução da Educação Patrimonial é o resgate dos valores culturais e identitários na comunidade, carentes de ações que proporcionem a conscientização da importância do passado para a consolidação de ações mais justas e coerentes com a realidade vivida. Neste aspecto, a metodologia adotada foi extremamente positiva, res-

gatando valores não apenas do grupo em questão. Além disso, pôde atuar resgatando valores individuais e compatíveis com a proposta deste trabalho.

A experiência de educação patrimonial foi realizada em Marilac, uma pequena cidade do leste de Minas Gerais, localizada a uma distância de 353 km da capital Belo Horizonte e 56 km de

Governador Valadares, sua população é de aproximadamente 4.285 habitantes.¹⁸ Sua origem está ligada à do município de Virgolândia, ao qual pertenceu como distrito. O município foi primitivamente chamado Assa-Peixe, devido à grande quantidade da planta existente no local. Ao emancipar-se, em 1962, recebeu o nome em homenagem a Santa Luíza de Marilac, sua padroeira.¹⁹

O trabalho aqui realizado partiu das dependências da Escola Estadual Joaquim Monteiro, quando em substituição ao professor de história. Essa escola é a única na cidade a oferecer o ensino fundamental e médio, conduz projetos há vários anos ligados ao teatro e a música. Está localizada de maneira imponente na parte alta no centro da cidade.

A proposta de trabalhar com “educação patrimonial” foram apresentadas a então Diretora e coordenadora da Escola Joaquim Monteiro Rejane Batista e Ronilda Batista. É interessante ressaltar a ótima receptividade por parte da diretoria e coordenação da escola, já que a proposta ia de encontro a uma realidade local que é a influência de capital Norte americano na configuração social da cidade, carência afetiva e financeira, seguido do esquecimento e de pouco valor que os próprios alunos e moradores atribuem ao patrimônio local.

O trabalho foi realizado levando em consideração além da realidade social, visto que a cidade de Marilac, apesar de receber dinheiro proveniente dos Estados Unidos em forma de remessa de emigrantes, possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)²⁰ muito baixo, e nenhuma política pública voltada para minimizar o antagonismo social e os impactos culturais que emergem a partir dessa realidade, refletidas e claramente perceptíveis nas falas dos alunos quando indagados acerca das perspectivas de futuro.

Este trabalho foi realizado nos anos 2007 e 2008 entre os meses de outubro e dezembro com alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, dos turnos matutinos e vespertinos, em idades que variavam entre 13 e 18 anos de acordo com suas respectivas séries. As séries atingidas nesta atividade foram aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, portanto, formado por alunos que puderam compreender processos mais complexos sobre Patrimônio Cultural. Durante as atividades desenvolvidas em sala de aula e, posteriormente, na ocasião da compi-

¹⁸ Dados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=40100>. Acessado: 14/05/2010.

¹⁹ Fonte disponível na Prefeitura municipal de Marilac.

²⁰ O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Consultar em: www.pnud.org.br/idh e/ou <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20%28pelos%20dados%20de%202000%29.htm>. Acessado: 15/05/2010.

lação e da comparação dos questionários de sondagem e avaliação da análise de conteúdo, tornou-se evidente a aprendizagem e valorização do Patrimônio Cultural dos alunos das séries onde foi executado o trabalho.

Convocados a participarem das aulas de reposição por meio de avisos em sala de aula, foi resguardado pela coordenação, a importância de estarem cumprindo a carga horária em aberto, já que ficaram sem aulas de história durante aproximadamente três meses, por falta de professor. No primeiro dia de aula os estudantes visivelmente demonstravam desânimo em relação à cansativa jornada de reposição que se seguiriam e que incluíam aulas aos sábados. Quando questionados, esses alunos foram unânimes ao dizerem que não gostavam de história, pois não fazia sentido estudar coisas do passado. Ao apresentar o projeto e como seriam as aulas de reposição o interesse e envolvimento superou as expectativas do professor e alunos, pois se viram empolgados com as atividades, puderam se enxergar enquanto pesquisadores da própria história e o mais formidável se verem inseridos nessa história.

A análise do eixo temático apresentado possibilitou aos alunos o conhecimento das características centrais de sua região, trazendo-os à compreensão da realidade que os circunda, o que possibilitou, mesmo que com um caráter micro-analítico e o pouco tempo dedicado às atividades, percebessem as dimensões sócio-culturais de sua comunidade e ao seu modo, puderam construir sua noção

de identidade cultural e ampliarem suas noções acerca do conteúdo de história.

Inicialmente, buscou-se contextualizar a história regional enfocando o início do povoamento das terras, analisando o inventário de terras da cidade, levando os alunos a perceberem como se deu o processo de Territorialização e ocupação do espaço urbano e rural. Para essa atividade utilizamos os documentos de “Registro de Imóveis” e “Título de terras” do município, onde foi possível perceber sua “formação inicial” a partir da doação de terras devolutas ao povoado de Santa Luiza do Assa-Peixe.²¹ O título dessas terras devolutas foi assinado pelo então Governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, conforme citação do Registro de Imóveis,

Jeremias de Mendonça Freitas oficial de Registro de imóveis da comarca de Peçanha, certificou que a fls. 268 do livro 3-N que foi feita no dia 20 de junho de 1952 sob Nº11. 944 a transferência do imóvel: uma sorte de terras devolutas, destinada ao patrimônio do Povoado de Santa Luiza do Assa-Peixe contendo a área de um milhão e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados (1.095.25000 m²) conforme medição aprovada pelo despacho de 27 de junho de 1951 situado no lugar denominado São Matias Grande, Município de Virgolândia Adquirente: Prefeitura Municipal de Virgolândia. Transmitente: Estado de Minas Gerais.

²¹ Santa Luiza do Assa-Peixe foi o primeiro nome da localidade que se tem registros até o momento em documentos oficiais. No entanto a localidade já foi conhecida na ordem que se segue: Assa-Peixe, Santa Luiza do Assa-Peixe e Marilac (homenagem a padroeira Santa Luiza de Marilac).

Título: compra e venda. Forma do título: escritura. Digo: título de terras devolutas passado no dia 21 de fevereiro de 1952, assinado pelo Governador Juscelino Kubitschek e secretário Tristão da Cunha. Valor: Cr\$ 2.873,60. Condições do contrato: este terreno fica sujeito ao ônus constantes dos art. 79 e 90 da lei Nº 550 de 20/12/949 bem como aos dos parágrafos 1º e 4º do artigo 29 da lei Nº 27 de 25/6/892. Digo: sujeito ao disposto no documento-lei 85D de 5/9/942²²

O objetivo principal foi a análise da Educação Patrimonial e sua importância dentro de um contexto de necessidade de preservação do patrimônio material e imaterial, móvel ou imóvel, através de um trabalho contínuo e sistemático de valorização da identidade cultural da própria localidade. Nestas aulas chamamos a atenção dos alunos para as diversas formas que os bens culturais podem apresentar (podem ser móveis ou imóveis, materiais ou imateriais). Algumas fotografias de Ouro Preto e da própria cidade, assim como mapas, produção de textos e visita aos sites do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) auxiliaram na percepção de alguns traços principais da cultura da cidade, bem como a importância de se preservar a memória local. Dialogamos sobre a importância da Educação Patrimonial e de instituições como a UNESCO (*United Nations Educational, Cientific and Cul-*

tural Organizational), IPHAN, IEPHA e a criação de conselhos municipais, que em debate, os próprios alunos questionaram a adoção de políticas públicas voltadas para o resgate e preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade.

Algumas noções indispensáveis à compreensão da Educação Patrimonial e das responsabilidades sociais do IPHAN e do IEPHA também foram exemplificadas em sala de aula, como por exemplo, preservação, cultura, restauração, conservação, adaptação, reforma e tombamento. O diálogo neste momento se concentrou na atuação do IEPHA na preservação, proteção, restauração e fiscalização dos bens culturais mineiros e na valorização dos principais traços da cultura, além do papel da população na preservação de sua história e cultura. Através da leitura promovemos um diálogo que possibilitou o aprofundamento e identificação dos bens passíveis de serem tombados na cidade o que ajudou na compreensão da importância da preservação de nossos bens culturais.

Voltamos à construção/elaboração dos conceitos de bens materiais e imateriais, mostrando ao aluno que os portugueses não traziam as igrejas barrocas dentro de suas embarcações, mas sim a idéia artística (bem imaterial) surgida na Europa. Uma vez demonstrado que os portugueses trouxeram a idéia da estética do Barroco colonial, passamos a analisar este estilo artístico que é o predominante nas cidades que surgiram no século XVIII, bem como, o que propicia a identificação de nosso arcabouço cultu-

²² Esse documento está disponível para consultas na prefeitura municipal da cidade de Marilac.

ral. Nesse sentido, utilizamos fotografias de Ouro Preto e Diamantina para ilustrar as principais características do Barroco colonial.

Procurou-se discutir que, mesmo sendo uma tendência artística dos primeiros séculos de ocupação portuguesa no Brasil, esse estilo se apresenta de forma particular em cada uma destas cidades em razão da utilização de recursos naturais peculiares em cada região, como o uso da pedra sabão e das construções em Taipa. A análise comparativa das fotografias permitiu que os alunos identificassem semelhanças na construção de uma igreja e de vários casarões na cidade. Após perceberem a existência de construções em estilo barroco, passaram a observar seus estados de conservação, através de visita *in loco*. Os próprios alunos criaram um inventário²³ simplificado baseado em recomendações do IEPHA-MG onde puderam inventariar os imóveis identificados previamente por eles mesmos como, o primeiro grupo escolar, a Igreja Matriz, a principal praça da cidade, a ruínas do primeiro hospital, o cemitério entre outros.

Como é comum nos municípios da região, a comunidade vem sofrendo com o aumento constante da descaracterização de seu patrimônio arquitetônico e

urbanístico e com as sucessivas perdas em seu acervo de bens móveis. Desta maneira, torna-se imprescindível o registro de seu Patrimônio Cultural, sendo esse o principal objetivo da elaboração e execução do Plano de Inventário de Marilac feito pelos alunos, e sua posterior entrega na prefeitura municipal e divulgação em evento ocorrido na Escola Joaquim Monteiro.

Mais do que um simples registro, a realização desse tipo de inventário vem da necessidade de sistematização de projetos e ações que visem à preservação e conservação criteriosa dos acervos municipais. A posterior análise dos dados coletados propunha fornecer subsídios importantes para determinar as principais metas de intervenção, podendo, por exemplo, estabelecer as prioridades nos processos de tombamento, nos planos diretores, nas ações para implantação do turismo, garantindo, desta forma, a valorização e principalmente a proteção dos bens culturais.

A divulgação e disponibilização do inventário ao público é uma ação essencial para inserir a comunidade no processo de conscientização para preservação. O acesso às informações sobre sua história e cultura contribui para a compreensão e valorização do Patrimônio Cultural, a partir do entendimento do que ele representa para o município.

O conhecimento adquirido pode ser avaliado em diferentes dimensões: aquisição de habilidades cognitivas como senso de investigação, observação, comparação, análise, compreensão dos conceitos tra-

²³ O Inventário de Proteção do Acervo Cultural é um instrumento legal que visa elaborar um banco de dados sistematizados que permita o registro dos bens que compõem o Patrimônio Cultural de um município. Esse Patrimônio é dividido em diversas categorias, como estruturas arquitetônicas e urbanísticas, patrimônio arqueológico, bens móveis e integrados e arquivos.

balhados em texto, tentando evitar que se discuta “tudo” e não o “todo” relacionado a um conteúdo específico.²⁴ Após a realização dessa atividade que teve duração de uma semana e envolveu todas as séries em dias diferentes, houve avaliações por meio de questionários e debates, intermediadas pelo professor de história.

Ao viverem a experiência, os alunos puderam gradativamente observar e perceber o significado dos imóveis, dos monumentos e de outras formas materiais construídas no passado, no espaço em que circulam todos os dias. Puderam ir além, colaborando para a preservação do patrimônio histórico e da memória local, uma vez que esta passa a ter maior sentido para suas vidas ao se incluírem nela. Ao verem que tais construções e suas funções originais, como representativas dos momentos históricos em que foram criadas e como exemplos vivos de que tudo se modifica com o tempo, põem por terra a noção, amplamente difundida, de que as coisas sempre foram e serão, sob certos aspectos, como o são na atualidade. Essa perspectiva permite aos alunos questionar a noção dominante de que as coisas que refletem o passado são ultrapassadas, de que o presente tem mais valor de que o futuro.

A experiência do estudo da história do lugar possibilitou que os alunos mudassem o olhar em relação aos mais idosos, à família e à comunidade – ao se

dirigirem a eles para conhecer aspectos da história local através de entrevistas e/ou fazendo uso da história oral, os estudantes puderam ver os idosos como pessoas merecedoras de respeito pelo papel de preservação da memória, essencial à sociedade humana. Nesse sentido, a história oral e a sua metodologia foram de fundamental importância para a pesquisa proposta uma vez que entrelaça a questão da memória com a significação e o recorte do espaço vivido. Portanto, as narrativas coletadas sobre o processo de formação do município indicaram as práticas constitutivas dos novos espaços que estavam surgindo em virtude do processo de crescimento da região. Ricoeur ressalta que uma cidade pode confrontar no mesmo espaço temporalidades diversas, sedimentando uma história multicultural que pode ser lida e interpretada.²⁵ Compreendidas dessa forma, as narrativas além de falarem de diversas temporalidades e culturas também podem revelar os conflitos existentes entre os diversos grupos sociais e suas respectivas representações/significações acerca do espaço.

Sua metodologia consiste, de forma bem geral, num conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de entrevistas gravadas que possam servir de fonte primária a pesquisadores de todas as áreas. A técnica compõe-se, geralmente, de entrevistas dirigidas através de roteiro elaborado antecipadamente. É

²⁴ RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. p.15-36.

²⁵ RICOEUR, P. *L'a mémoire, l'a histoire, l'oubli*. Paris: Seil, 2000. p. 187

importante ressaltar que os roteiros não teriam um caráter de rigidez absoluta, já que seu objetivo é enriquecer os depoimentos com as diferentes experiências e práticas, próprias a cada um dos entrevistados.

A entrevista é gravada em fita magnética, sendo posteriormente transcrita, revisada e corrigida. Obtêm-se, daí, dois tipos de documento: o *gravado* e o *escrito* que se complementam, uma vez que o documento escrito perde características de entonação das frases, os vícios da comunicação oral ou as hesitações que podem ser recuperados nas fitas magnéticas.

Utilizando-se dos aportes e métodos da história oral, o trabalho buscou, num primeiro momento, coletar narrativas e testemunhos das gerações que vivenciaram o processo de formação do município. O procedimento de pesquisa respeitou alguns momentos específicos: listagem das testemunhas da formação histórica da região, tais como trabalhadores, políticos, fazendeiros e mulheres; preparar roteiros das entrevistas e seleção, agendamento e preparação (esclarecimento sobre os objetivos e quanto à dimensão do projeto) dos entrevistados; realização das entrevistas; transcrição das entrevistas.

As narrativas obtidas puderam descortinar testemunhos do tempo vivido. Dessa forma, a memória narrada como testemunho apresentou indícios de uma rede de relações históricas que lhe conferiu sentido e a projetou em sua dimensão social, permitindo a emergência de

outras leituras das configurações sociais e dando voz aos conflitos entre os novos territórios criados com o processo avassalador pelo qual a cidade e até mesmo a região passou.

Os vários discursos sobre a cidade, portanto, não podem ser pensados como referências verdadeiras que se impõem de forma natural, porque são “produtos das relações sociais desenvolvidas na cidade que em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade”, conforme propõe Déa Fenelon.²⁶ Desse modo, as relações sociais desenvolvidas nas cidades são historicamente determinadas, capazes de fornecer elementos para a compreensão das atitudes, desejos e projetos de homens e mulheres em épocas distintas.

O fato em si estabelece uma relação de proximidade e integração, presente tanto na execução das entrevistas como nos resultados que a experiência pôde oferecer. A aproximação mais estreita entre escola e comunidade foi possível com a finalização dos trabalhos reunidos em uma exposição cultural, organizada pelos próprios alunos. Os resultados alcançados com a participação direta de membros do mesmo grupo social na recuperação de sua história possibilitou discussões e busca de soluções para os problemas comuns que mais afetam seu dia-a-dia, no cotidiano do lugar onde

²⁶ FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades: pesquisa em história*. São Paulo: PUC-SP/Editora Olho d'água. 1999. p. 6. Ver também BRESCIANNI, Maria Stella M. *Cultura e história: uma aproximação possível*. p. 35-53. RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *A cidade na história*, p. 33-68.

convivem, adequando-se essa proposta à didática da história e sua finalidade.²⁷

A exposição aberta a toda comunidade, abriu para visitação após momento solene que contou com a participação do prefeito da cidade, vereadores, polícia militar e membros da comunidade em geral. As reações dos alunos foram de grande satisfação, pois puderam sentir que aproveitaram mais a experiência quando viram um produto final tangível. Uma sessão de diapositivos como, vídeos, apresentação de dança folclórica (caboclo), apresentação com o cantor, compositor e poeta local João Caetano, exposição de fotografias e objetos, participação da professora da Univale (Universidade Vale do Rio Doce) Maria Terezinha Bretãs Vilarino e do ex-prefeito do município José Dias Bicalho que gentilmente alegrou a todos com alguns casos da vida cotidiana da cidade, textos e trabalhos feitos pelos alunos compunham as atividades ao longo de um único dia até o encerramento no final da tarde.

Resultados

Acreditamos que a experiência teve resultados capazes de repercutir na comunidade local de diferentes formas. A primeira delas representa um dos desdobramentos mais relevantes acerca da História do Lugar. Consiste em criar pequenos centros de referência e preservação da memória e da cultura local nas escolas, com acervos formados pelas fontes

coletadas e selecionadas (reproduzidas em papel, informatizadas ou com outros recursos disponíveis) e pelos melhores trabalhos finais realizados pela equipe de alunos e professores. Os acervos assim reunidos, além de propiciar a produção de novos estudos, cada vez mais abrangentes, abertos à comunidade local em determinados horários, serão uma nova forma de atraí-la para a escola, numa relação de troca crescente entre ambas.

São necessários eventos que propiciem uma troca de conhecimentos, de experiências e outras formas de relacionamento que levem à interação entre a escola e a comunidade. E, por que não? à recuperação e à preservação da memória e das identidades locais, subtraídas por forte padronização, banalização e mediocridade cultural, reforçada por crescente movimento de internacionalização da economia nas últimas décadas.

Finalmente, tomando a educação patrimonial como um campo de pesquisa, como foi analisado e desenvolvido, faz-se necessário enfatizar o quanto ela necessita ser apropriada por um maior número de professores. Alargar o campo de pesquisa, fazendo com que as decisões relacionadas à preservação sejam compartilhadas por um número maior de atores sociais. É um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas de preservação e de educação na atualidade.

Ao considerar que a História é marcada por duas características essenciais, a mudança e a diferença, é importante não deixar de levá-las em

²⁷ FONSECA, Selva Guimarães. *Op. cit.* p. 109-123.

conta nesta discussão. Dessa forma, ultrapassa-se a percepção do nosso patrimônio como mera preservação de restos do passado, que expressam apenas a vontade, o desejo e a memória de poucos, quase nada dizendo sobre a diversidade e as dinâmicas culturais que efetivamente marcam a riqueza de nossas cidades, regiões ou país.

Referências bibliográficas:

CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Papirus Editora.

HORTA, Maria de Lourdes P. Fundamentos da educação Patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre:

FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000.

ITAQUI, José. Educação Patrimonial e desenvolvimento sustentável. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*.

RANGEL, Marília Machado. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

RICOEUR, P. *L'a mémoire, l'a histoire, l'oubli*. Paris: Seil, 2000.

SANTOS, J. J. M. dos. *História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, Vol. 9 (1), janeiro 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Submetido em 21 de janeiro, 2011.

Aprovado em 11 de março, 2011.